



Contratos irregularidades em Petrolina

A Primeira Câmara do TCE-PE julgou, por unanimidade, procedente uma denúncia formulada pela vereadora Anatólia Porto, sobre irregularidades nos contratos de limpeza urbana firmados pela prefeitura de Petrolina, de janeiro de 2009 a abril de 2011. A auditoria feita pela Inspeção Regional de Petrolina apontou diversas irregularidades nos contratos, entre elas sucessivas dispensas de licitação, serviços executados sem projeto de engenharia e superfaturamento no preço dos contratos de cerca de 1,3 milhão nos anos de 2010 e 2011. O conselheiro substituto e relator do processo, Carlos Pimentel, imputou débito de R\$ 995.889,05 ao ex-secretário de infraestrutura, e de R\$ 339.732,09 ao atual secretário de infraestrutura. Além disso, aplicou multa ao prefeito, ao ex-secretário de serviços públicos e aos ex-secretários de infraestrutura.

Irregularidades no transporte escolar

No município de Tabira, foram encontradas irregularidades no contrato de prestação de serviço de transporte escolar, firmado em 2012. A auditoria do TCE encontrou falhas como, pagamentos à empresa BPM Serviços Ltda, no valor de R\$ 193.528,76 por serviços não relacionados ao transporte escolar, ausência de projeto básico no edital de licitação, além de erros na elaboração de planilhas com a composição dos custos unitários dos serviços pertinentes ao contrato. O conselheiro relator Carlos Porto julgou irregular o processo, voto acatado por unanimidade pelos demais conselheiros.

Revogada Cautelar que sustou licitação em Ipojuca



A Segunda Câmara do TCE revogou uma Medida Cautelar que havia sido expedida no mês de fevereiro que suspendia uma licitação para locação de equipamentos que seriam utilizados em eventos festivos na cidade de Ipojuca (som, palco, tenda, banheiros químicos, entre outros). Depois

de identificadas falhas no processo, o TCE determinou que fossem feitas correções no edital. Como a prefeitura atendeu tempestivamente às determinações, o conselheiro relator Marcos Loreto propôs a revogação da Medida Cautelar num voto que foi acompanhado por todos os demais conselheiros.

Portais de Transparência



DIVULGAÇÃO

O procurador geral do Ministério Público de Contas de Pernambuco, Cristiano Pimentel, participou de uma audiência pública realizada no Fórum de Palmares, que tratou da implementação dos portais de transparência nos municípios da Zona da Mata do Estado. "O povo está nas ruas exigindo o combate à corrupção de forma mais eficiente, e os gestores precisam fornecer meios para que a sociedade também fiscalize os recursos públicos", afirmou Cristiano Pimentel. O evento contou ainda com a participação da servidora Léa Regina de Prado Brito, do TCE-PE, que fez uma apresentação sobre o sistema SAGRES, que envolve a prestação de contas ao Tribunal de forma eletrônica pelos gestores.

Definidas minutas de resoluções que pretendem uniformizar a atuação dos TCs



FOTO: ATRICON

Uma reunião da Atricon, ocorrida nos últimos dias 4 e 5 em Teresina (PI), entre os conselheiros, conselheiros substitutos e servidores dos Tribunais de Contas do Brasil, discutiu e definiu oito resoluções que pretendem uniformizar a atuação dos TCs em todo país. As minutas que tratam de temas como agilidade no julgamento do processo, atuação cautelar, composição e funcionamento dos Tribunais, Corregedoria e Ouvidoria, entre outros, serão votadas no Encontro Nacional dos TCs, que acontece em agosto, em Fortaleza. O presidente do TCE-PE e da Atricon, conselheiro Valdecir Pascoal, comemorou os resultados. "Não tenho dúvidas de que, uma vez aprovadas e aplicadas essas resoluções por todos os Tribunais, o sistema sairá fortalecido e quem ganha com isso é o cidadão brasileiro que exige serviços públicos de qualidade", disse Valdecir Pascoal.

Inscrição da pós-graduação em Gestão Pública e Controle

Estão abertas até o próximo dia 10 as inscrições para a pré-seleção para o Curso de pós-graduação em Gestão Pública e Controle (lato sensu). A ênfase será no controle administrativo, financeiro, orçamentário e patrimonial. A

seleção é destinada a servidores públicos e demais interessados, que tenham diploma de curso superior, reconhecido pelo MEC. As aulas presenciais serão realizadas na sede da Escola de Contas Públicas do TCE-PE, no Recife.